



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ACTA N.º01/2007

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcoutim

Realizada em 23 de Fevereiro de 2007

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas iniciou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Dr. Abílio Marques Pires. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa procedeu de imediato à chamada, verificando-se a ausência do Sr. Vogal Jorge Inácio, substituído pela Sr^a. Vogal Graça Palma, da Bancada do Partido Social Democrata (PSD). -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão número 5/2006, realizada dia 15 de Dezembro, cujo texto foi previamente distribuído pelos Srs. Vogais. Posta a Acta à votação, a Assembleia Municipal aprovou-a por maioria, com duas abstenções dos Vogais Srs. Graça Palma, da Bancada do PSD e João Rodrigues, da Bancada do Partido Socialista (PS), por não estarem presentes na reunião anterior. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa falou da correspondência recebida,

mencionando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando da palavra a Sr^a. Vogal Isabel Bernardino, da Bancada do PSD, para referir que ficou admirada ao ter conhecimento do comunicado emitido pelo PS, em vinte e sete de Dezembro do ano transacto, referente ao encerramento das Extensões de Saúde do Pereiro e Giões, cujo conteúdo referia “as pessoas ao deslocarem-se ao Centro de Saúde de Alcoutim, teriam um melhor serviço, melhores cuidados de saúde com melhor qualidade de trabalho”. Continuou referindo, que as pessoas de 70 e 80 anos tinham consultas na proximidade das suas residências e deslocavam-se a pé e que agora para terem acesso às mesmas consultas têm que recorrer à utilização do táxi, o que traz avultadas despesas. Referiu igualmente que o comunicado incentiva os Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia a solicitar ao Sr. Presidente da Câmara a compra de uma carrinha para deslocar os utentes às consultas, quando há um ano a Comissão Política do PS insurgiu-se contra o mesmo, por não ter entregue ao Centro de Saúde a carrinha paga pela Autarquia e que vai às diversas populações medir a tensão arterial, glicemia e colesterol. Finalizou lembrando que todos os Vogais da Assembleia foram eleitos para defender os interesses da população do concelho e não para “bajular” o Governo. -----

----- O Sr. Vogal Paulo Pina, da Bancada do PSD, usou da palavra para apresentar uma palavra de apreço à nova equipa do executivo camarário, contudo sabe que o exercício de cargos públicos exige um grande sacrifício da parte de cada um. Reconheceu igualmente o

trabalho desenvolvido pelo Vereador Rui Cruz, que durante 14 a 15 anos se dedicou a uma causa e de uma maneira íntegra, independentemente de existirem opiniões contrárias. Referiu igualmente, que sentiu alguma angústia no processo eleitoral decorrido no dia 11 de Fevereiro, devido à maneira como o Povo Português se manifestou, concordando de seguida que os Estatutos do Referendo deveriam ser revistos, porque os 50% para que o referendo seja vinculativo está provado que não resulta, pois a população prefere que sejam os eleitos a assumir as decisões. -----

----- A Sr^a. Vogal Maria Custódia André, da Bancada do PS, interveio para frisar que as críticas dirigidas ao PS na intervenção anterior não deveriam existir, porque é mais uma vez atirar “achas para a fogueira”, pois os membros do PS são idênticos a qualquer dos membros de outro partido. Continuou frisando, que todos juntos devemos defender os interesses do concelho para o bem dos munícipes e melhorar a imagem do mesmo, pois não é criticando e usar o “bota a baixo” que se resolvem os problemas. Finalizou mencionando que em democracia todos têm o direito de se pronunciar e que fazer política, não é estar sempre a criticar o outro partido só porque tem outra maneira de pensar. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa entrou de imediato no período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade e situação financeira do Município:** No impedimento do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente da Câmara José Carlos Pereira interveio para agradecer em primeiro lugar ao Sr. Vogal Paulo Pina, da Bancada do PSD, as palavras proferidas

em relação à mudança do Executivo Municipal, referindo que vai continuar a desempenhar da melhor forma as suas funções, em prol do desenvolvimento do concelho de Alcoutim. Continuou mencionando que no dia anterior (22 de Fevereiro), esteve presente numa reunião no edifício da Grande Área Metropolitana do Algarve (AMAL), com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Dr. João Ferrão, sobre a temática do Programa Regional do Ordenamento do Território do Algarve (PROT), uma vez que os vários Municípios apresentaram as suas divergências sobre o assunto, em várias reuniões de concertação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), nunca chegando a um consenso. Contudo na última reunião, o Sr. Secretário mostrou que se preocupa com os problemas no interior, relatando de seguida que o mesmo apresentou várias soluções, nomeadamente nas áreas mínimas do Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT) que passaram de 25 (vinte e cinco) hectares para 15 (quinze), que a edificação em área isolada no texto do PROT só permitia que fosse construída habitação nos prédios rústicos que possuíssem 12 (doze) ou mais hectares, passando agora para 5 (cinco), que o crescimento urbano poderá ser objecto de análise em sede de Plano Director Municipal (PDM) através da elaboração de Planos de Pormenor e que a REN em princípio não vai sofrer grandes alterações, contudo vai haver uma delimitação às Zonas da REN, nomeadamente na criação de anéis de 100 m à volta de cada monte. Finalizou referindo que apesar de não ser um PROT ideal, vai ser melhor. -----

----- De seguida, o Sr. Vice-Presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente acta, cujo texto foi previamente distribuído aos Senhores Vogais. -----

----- O Sr. Vogal Idalécio Jacob, da Bancada do PS, interveio para felicitar o novo Vice-Presidente da Câmara desejando-lhe de seguida, o maior êxito. Sobre as observações anteriormente referidas e resultantes da reunião do dia 22 de Fevereiro, questionou o Sr. Vice-Presidente se a proposta relativamente aos montes contemplava apenas os montes com maior aglomerado ou também os mais pequenos, nomeadamente a localidade de Barrada, Lutão, Santa Justa. Questionou ainda sobre o Parque de Campismo, na localidade do Pereiro, por não constar na informação escrita do Sr. Presidente. -----

----- O Sr. Vogal Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que gostaria de partilhar o optimismo do Vereador José Carlos, contudo existem instrumentos de gestão que se opõem ao PROT, designadamente a REN, RAN e REDE NATURA e se os 100 metros à volta das povoações forem REN, não se vai poder construir, como os 15 hectares disponíveis para os projectos turísticos, uma vez que os mesmos instrumentos coincidem com os sítios mais apetecíveis, que o PROT tem que trabalhar em função dos instrumentos existentes, não podendo contrariá-los. Referiu igualmente que no momento existem duas áreas de aptidão turística excelentes no concelho, mas coincidentes com a REN e que para isso é necessário solicitar o Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), o que envolve uma grande burocracia. Continuou frisando que era bom se os montes próximos uns dos outros se juntassem, uma vez que já existe saneamento básico e electricidade, mas que isto só acontece se existir um instrumento que resolva a situação, nomeadamente um Plano de Pormenor. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente José Carlos Pereira, para esclarecer as questões levantadas. -----

----- Este começou, por referir que relativamente ao agrupamento dos montes, o que se pretendia era a permissão de construção nos espaços intersticiais dos vários montes que compõem os Balurcos e os montes do rio, para poder posteriormente, caso houvesse oportunidade, alargar esta medida às restantes localidades. Quanto ao Parque de Campismo frisou que sempre se pensou fazer esta obra em conjunto com a Junta de Freguesia do Pereiro, contudo a Junta adquiriu o terreno, não conseguindo de início legalizá-lo, sendo que as duas entidades chegaram à conclusão que o projecto ideal para aquele espaço seria um parque de merendas. Em relação ao Sr. Vogal Abílio da Encarnação referiu que em parte concorda com o que ele mencionou, mas que não se pode estar pessimista, e que deve confiar nas palavras do Sr. Secretário de Estado, pois este parece ser uma pessoa justa, séria e que recebeu bem todos os Presidentes de Câmara, ao contrário de outros que “fecham as portas”. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para referir que o anel de 100 metros de facto vem dar resposta, não a todas mas a algumas preocupações e problemas que se opõem à construção e desenvolvimento de projectos no concelho. -----

----- **PONTO DOIS – Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e Quadro de Pessoal - Alteração:** Foi presente uma proposta do Sr. Presidente, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, com vista à aprovação do Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e Quadro de Pessoal. -----

----- O Sr. Vogal Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou da palavra para mencionar que é um documento extenso e que entende que os tempos mudam, fazendo sentido adapta-lo à estrutura orgânica, apresentando de seguida algumas dúvidas, nomeadamente no n.º 1 alínea c) do artigo 52.º onde diz “ Assegurar a limpeza e salubridade dos espaços e aglomerados urbanos do município”, no qual quer querer que as limpezas que vêm mencionadas no artigo referido anteriormente não se prendem só com a recolha dos resíduos. Continuou mencionando, que é um concelho grande, que os recursos são poucos mas que os contribuintes são todos iguais, como tal deve existir esforço da parte de todos, nomeadamente Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, para que a limpeza urbana aconteça em todos os aglomerados. Apontou também como dúvida a alínea d) do artigo 28.º do Regulamento onde diz “Assegurar o controlo, a defesa e a inventariação das jazidas arqueológicas existentes no Município”, referindo que a Autarquia tem feito um enorme esforço com alguns achados arqueológicos, mas que também existe algum abandono por parte de outros achados, nomeadamente com o povoamento do Cerro do Castelo de Santa Justa, que este assunto já foi “aflorado” na Assembleia e que na altura uma das justificações era deixar como está para impedir a destruição, o que de facto não concorda porque se deve defender o património que nos deixaram. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara José Carlos Pereira usou da palavra para corroborar com a intervenção anterior no que se refere à limpeza, uma vez que existe uma preocupação maior com as aldeias e vilas, mas que este ano vão ser intervencionadas igualmente as outras localidades, uma vez que o Município está a preparar um concurso, para que a partir do mês de Maio/Junho essa limpeza comece a ser

efectuada também nos montes, estando prevista a limpeza de ervas e retirada de pedras e entulhos das ruas. Em relação ao Cerro do Castelo, mencionou que muitas vezes a Autarquia não tem autonomia para resolver a situação, mas que está sensibilizada para a mesma. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PONTO TRÊS – Assuntos Diversos:** Neste ponto o Sr. Presidente da Assembleia informou que a próxima reunião iria ser realizada no Edifício da Junta de Freguesia de Giões. -----

----- A Sr^a. Vogal Custódia André, da Bancada do PS, usou da palavra para propor à mesa, já que existe a descentralização da Assembleia, a população deveria participar logo no início da reunião para apresentar assuntos que lhe dizem respeito, devido à demora da reunião. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa usou da palavra para referir que é uma proposta interessante, contudo teria que haver uma alteração ao Regimento, nomeadamente nos artigos 17.º, 18.º e 19.º. -----

----- Posto o assunto à discussão, a Assembleia Municipal deliberou constituir uma comissão, com um representante de cada bancada para analisar a proposta. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao público, para algum esclarecimento, não existindo contudo nenhuma intervenção. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, por volta das dezanove horas, mandando lavrar a presente acta, que depois de lida vai ser assinada nos termos da Lei. --

O Presidente

O Secretário

